


Entrevista

José Graziano da Silva

O combate à fome na perspectiva de um Diretor-Geral da FAO brasileiro

Entrevista concedida a

 **Thiago Lima**¹

 https://doi.org/10.36920/esa33-1_08

Introdução

“O único número aceitável para a Fome é Zero.” Este é um lema constantemente repetido pelo Professor José Graziano da Silva, Diretor-Geral do Instituto Fome Zero. Com uma vida dedicada ao estudo e à intervenção nos problemas agroalimentares do Brasil e do Mundo, Graziano gentilmente nos concedeu a seguinte entrevista em abril de 2024.

Não é exagero dizer que nosso entrevistado tem seu nome registrado na história do Brasil e das Relações Internacionais. Graziano foi Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, em inglês) por dois mandatos, de 2012 a 2019, sendo o único brasileiro a exercer tal posto. Antes dele, Josué de Castro fora o Brasileiro com o cargo mais na FAO, atuando como Presidente do seu Conselho Executivo entre 1952 e 1956 (Graziano da Silva, Carneiro e Ceolin, 2023).

¹ Doutor em Ciência Política pela Unicamp e Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Fome e Relações Internacionais (fomeri.org) e membro do Instituto Fome Zero. Coorganizou, com Marcelo Fernandes de Oliveira, o livro *Política Externa Brasileira e Combate à Fome: lições do passado, perspectivas para o futuro* (Cultura Acadêmica, 2023).

A trajetória que leva Graziano à FAO tem raízes na Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, onde pesquisou e lecionou nas áreas de Economia Agrária, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar por mais de 30 anos. Ao longo da carreira publicou, sozinho ou em parceria, mais 100 artigos acadêmicos e 30 livros, e recebeu prêmios e honrarias de diversas universidades nacionais e estrangeiras. Em outubro de 2024, recebeu o título de Professor Emérito da Unicamp (Menezes, 2024).

Este caminho acabou levando-o à aproximação com o Partido dos Trabalhadores e com o então líder operário, Luiz Inácio Lula da Silva, como nos explica. Graziano desempenhou um papel central no desenvolvimento do Programa Fome Zero em 2001, que se tornou uma das iniciativas mais bem-sucedidas durante o primeiro governo do petista, de 2003 a 2010. Ele também serviu como Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome do Presidente Lula por dois anos e foi responsável por colocar em prática a estratégia Fome Zero. Posteriormente, tornou-se Diretor Regional da FAO para a região da América Latina e do Caribe. A inestimável – e tragicamente efêmera – primeira saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014, ocorre durante a sua presidência da organização. No momento da entrevista o país figurava no Mapa, posição que deixou de ocupar novamente em 2025.

Nesta entrevista, ele nos fala sobre sua visão acerca dos problemas da alimentação ao longo das décadas, culminando na avaliação do panorama da fome no Brasil e no mundo contemporâneos. A entrevista buscou captar um pouco da visão de Graziano sobre as transformações do problema da fome ao longo de sua carreira, considerando, também, suas experiências nacionais e internacionais. Para isso, foram elaboradas 10 perguntas, enviadas por WhatsApp. Deixamos o entrevistado livre para escolher o método de resposta, o que foi feito por meio de gravações de voz, também remetidas pelo aplicativo de mensagens. Os textos que seguem foram transcritos com apoio do aplicativo LuzIA, que opera conjugado ao WhatsApp. A transcrição foi revisada para eliminar interjeições desnecessárias, erros técnicos do aplicativo e para garantir fluidez, sem qualquer alteração de conteúdo. A transcrição revisada foi encaminhada ao entrevistado, que não solicitou nenhuma alteração e autorizou a publicação.

Perguntas e respostas

1. Do ponto de vista da sua trajetória pessoal, o que o levou a trabalhar com o tema da fome?

Eu cheguei na Fome por uma trajetória que começou na academia. Minha dissertação de mestrado foi uma crítica sobre os recentes debates da distribuição de renda no Brasil. Foi em 1974. Eu fui orientando do professor Rodolfo Hoffmann, que era o grande especialista no tema, e na época nós vivíamos um apagão de informações sobre o tema. Só tínhamos os dados de 1960 publicados e o Hoffmann tinha criado toda uma metodologia para estimar os dados do censo de 1970 a partir de uma série de informações indiretas, porque não tínhamos a informação da renda aferida pelos diferentes grupos de pessoas. E isso provocou uma reação do governo de plantão, contestando o aumento da distribuição da renda, que o Hoffman atribuía basicamente a fatores estruturais, como os baixos salários, alto nível de concentração da terra. O governo, na época, o ministro Delfim Netto, o Todo-Poderoso, “encomendou”, vamos dizer, entre aspas, uma análise ao professor Geraldo Langone sobre a distribuição da renda no Brasil, e ele fez um trabalho econométrico de fôlego, colocando as variáveis explicativas da concentração da renda, em torno do tema da educação, aquela velha tese liberal de que é a melhoria do nível educacional que provoca a melhoria na renda. Na minha dissertação tentei fazer uma discussão disso mostrando que a relação era inversa, que só quem tinha renda ascendia a níveis mais altos de educação e que o perfil da educação no Brasil acabava refletindo, por assim dizer, o perfil concentrado da distribuição da renda. A partir daí eu comecei a trabalhar muito com o tema da distribuição da renda e da posse da terra, em particular da miséria. Eu não gostava de falar em renda muito baixa, preferia falar em miseráveis. Isso me levou logo a entrar no tema do emprego. Eu fiz a minha tese [de doutorado] em torno da questão do boia-fria, [para] explicar por que [...] tinha um aumento tão forte no uso da mão de obra sazonal e temporária na agricultura. E tudo isso me aproximou muito do tema dos trabalhadores rurais e da sua alimentação, pois esses trabalhadores eram definidos pela forma que comiam – “os boias-frias”. E a partir daí, quando eu passei a militar

no Partido dos Trabalhadores e trabalhar com o então líder operário Luiz Inácio Lula da Silva, esse foi um tema sempre recorrente. Por que tinha fome no Brasil com tanta fartura, com tanto alimento? Essa foi a questão que me ocupava muito. E quando nós saímos a percorrer o Brasil, nas caravanas da cidadania, para preparar o Lula como candidato a presidente da República, nós nos deparamos com muita fome no interior do país. E se via que não era exatamente por falta de comida: as pessoas passavam fome porque não tinham dinheiro para comprar. A gente [ia] nas feiras, naquelas cidades do interior, e tinha produção. Era pobre, mas não era miserável. Não faltava comida. E foi isso que me levou a juntar uma equipe a pedido do Lula para pensar num programa para erradicar a fome no Brasil. E aí nasceu o programa Fome Zero. Estou falando do ano 2000, numa equipe que se reunia no Instituto Cidadania na época, hoje Instituto Lula em São Paulo. E foi daí que eu passei a dedicar-me a esse tema do combate à fome.

2. Quais eram os principais desafios, ou o que senhor via como os principais fatores causadores da fome no Brasil quando o senhor chegou ao cargo de ministro?

Quando eu cheguei no governo, em 2003, nós tínhamos já um diagnóstico claro das razões da fome no Brasil. Se vocês tiverem oportunidade de ler o programa Fome Zero, cuja cópia está disponível no *site* do IFZ www.ifz.gov.br, lá tem uma análise das causas da fome no Brasil de então. Antes disso, nós já tínhamos produzido alguma literatura – eu recomendaria um texto pra discussão do Instituto de Economia da Unicamp, assinado pela Maia [Takagi], o [Walter] Belik, e por mim, esse material, basicamente, cobria essa ideia de calcular a fome a partir de um valor mínimo que pudesse pagar pela cesta básica de alimentos. Aliás, essa ideia, originalmente, de Josué de Castro, foi quem embasou as políticas de salário-mínimo do governo Vargas. Josué de Castro foi assessor do Vargas nessa época, e passou essa ideia de que as pessoas tinham que ganhar pelo menos um mínimo pra poder sobreviver, e isso devia ser garantido pelo Estado via uma política estabelecendo um salário-mínimo para cada região do país. Então, nós tínhamos claramente a ideia de que a fome era um problema de melhorar a distribuição de renda. Não era um problema

de falta de alimentos, era um problema de falta de dinheiro pra comprar os alimentos. E isso, como volto a insistir, não é nenhuma ideia nova. Isso daí já tá tudo lá no Josué de Castro. Eu sempre costumo contar, quando falo do Josué, que ele, assim que se formou médico no Rio de Janeiro, ele voltou pra Recife e foi trabalhar numa fábrica. Um dia os patrões perguntaram pra ele por que os operários faltavam tanto, por que ficavam sempre doentes, não trabalhavam direito... E ele disse que era porque eles tinham fome. “Mas por que eles têm fome?”, perguntaram os patrões. Tem tanta comida por aí... “Pois é, porque vocês pagam pra eles um salário de miséria”, respondeu Josué. Eles não conseguem comprar a comida que precisam! Obviamente o Josué foi despedido, e ele passou a se dedicar ao tema da fome também, primeiro no Brasil, depois no mundo. Mas voltando à pergunta, tínhamos claro que nós precisávamos ter um programa de transferência de renda para enfrentar aquela situação de fome existente. Alguma coisa emergencial, até que desse tempo das políticas estruturais – como o aumento do emprego e dos salários – agirem. Nós tínhamos claro que era preciso fazer uma política de crescimento para gerar empregos e também uma política de melhorar a distribuição elevando o piso salarial. Ou seja, fazendo reajustes do salário-mínimo acima da inflação. E foi isso que tirou o Brasil do mapa da fome entre 2003-2014, efetivamente, a melhoria do piso salarial, que foi o que puxou pra cima toas as formas de rendimentos do setor informal também.

3. Ao chegar ao cargo de Diretor-Geral da FAO [em 2012] e ter uma visão geral sobre o problema da fome no mundo, isso mudou sua visão sobre o problema da fome no Brasil?

Quando eu cheguei a diretor da FAO, em 2012, eu já tinha muito claro essa diferença entre as causas da fome no Brasil e as causas da fome no mundo. Naquela época, falando de 2012, a África, principalmente, ainda tinha um problema de insuficiência de produção. Várias regiões da África e algumas da Ásia também que não haviam ainda implantado a Revolução Verde, e as regiões também em conflito, não tinham um volume de produção suficiente para dar de comer para a sua população. Então, essas eram as exceções, mas, como regra geral, já tínhamos claro que o problema da fome no mundo não era

um problema de aumentar a produção de alimentos. Só o aumento da produção de alimentos não resolveria a fome. Era preciso melhorar a distribuição da renda também. Naquela época, a diferença é que a fome era rural, basicamente, porque a população miserável estava no campo. Então, a alternativa de melhorar a produtividade da pequena produção, da pequena propriedade, naquela época principalmente da produção de subsistência, era uma das políticas principais de combater a fome. População rural, no campo, com acesso a pequenos pedaços de terra, podia melhorar as suas condições de vida, produzindo mais para a sua própria subsistência. Isso nutriu muito os trabalhos que nós fizemos na FAO nos primeiros anos, sobretudo na África e na Ásia. Mas o que eu levei do Brasil para a FAO, invertendo um pouco a sua pergunta, foram as experiências de políticas públicas não agrícolas. Foi praticamente eu que levei a política de transferência de renda como elemento central no combate à fome. E eu conto sempre a minha experiência, minha estreia na África foi uma visita à Somália, que na época passava uma crise de *famine*² declarada. A solução foi fazer o *cash transfer*, programas de transferência, *cash for work* na época era o termo que se utilizava, e isso teve uma grande influência dos resultados conseguidos no Brasil com o programa Fome Zero.

4. E de que maneira seu conhecimento sobre a fome – e sobre o enfrentamento da fome no Brasil – lhe ajudou a entender a fome de um ponto de vista global?

Acho que acabei respondendo em parte na pergunta anterior, mas o conhecimento adquirido no Brasil foi fundamental... não só [o que aprendi] no Brasil, eu aprendi muito também no meu cargo na FAO em Santiago do Chile como diretor da FAO na América Latina e no Caribe. Tive oportunidade de viajar a região toda e vi as diferenças entre a fome na região Andina, na América Central e no Caribe... E isso me levou a pensar em tipologias diferentes, mas todas com um elemento comum, que era falta de poder aquisitivo para comprar os alimentos disponíveis. Nos diversos países nós tínhamos diferentes problemas de produção, mas estava claro que a saída não era apenas um aumento da produção, não havia uma saída apenas agrícola

² Não há, em português, uma palavra específica para descrever as graves crises coletivas de fome que podem chegar ao ponto de inanição. Em inglês e espanhol, existem os termos *famine* e *hambruna*, respectivamente.

da fome. Tinha que ter também uma saída pelo nível de emprego, pelo nível dos salários, pela renda, não bastava só produzir mais, tinha que dar mais poder aquisitivo, mais capacidade de consumo para aquela população, e foi isso que eu levei para a FAO. Quando eu cheguei, a FAO era uma FAO rural e agrícola, pensando que desenvolver agricultura acabaria com a fome. Eu tratei de inverter essa equação e conseguimos fazer isso rapidamente, porque era tão evidente, os dados eram tão chocantes, que não restava dúvida da insuficiência desse diagnóstico de trabalhar apenas o rural agrícola.

5. Hoje em dia, após ter vivido as experiências de ministro de Estado e de Diretor-Geral da FAO, como o senhor vê os problemas da fome no Brasil? O senhor reformulou sua visão geral sobre o problema da fome?

Eu continuo vendo a questão da fome no Brasil, hoje, basicamente como um problema de falta de poder aquisitivo da população mais pobre. Eu acho cada vez mais claro que as pessoas não têm dinheiro para comprar alimentos, embora sobrem alimentos. O Brasil continua sendo um grande exportador de alimentos para todo o mundo, e nós temos gente com fome, e gente com fome em uma proporção significativa, importante. Os números da FAO para o triênio da pandemia, 2022, deram 70 milhões de pessoas em segurança alimentar grave ou moderada, que eu considero fome. Aliás, vou abrir um parênteses para, quem sabe, vocês tratarem em outro lugar na revista: o que é a fome, afinal? Como medir quem passa fome? A ideia de insegurança alimentar moderada é das pessoas não comerem o suficiente, não tomarem as três refeições por dia. Para mim isso é fome, não é fome apenas daqueles que não comem nada, como é o caso da insegurança alimentar grave. Por um desvio de interpretação, que em outro momento a gente pode contar, se popularizou no Brasil por meio das pesquisas da Vigisan a ideia de que apenas a insegurança alimentar grave é fome, o resto não é fome. Não é assim. Há divergência nessa interpretação na própria FAO. Fecho o parêntese, volto à questão. A questão fundamental é a falta de recursos, falta de poder aquisitivo. As medidas fundamentais são medidas macroeconômicas que levem e elevem o piso salarial da população mais pobre. E essa medida fundamental é o aumento do valor real do salário-mínimo, bem como outras

medidas. O aumento das aposentadorias, pensões, benefícios, transferência de renda, como o programa Bolsa Família. E aqui um ponto importante: há um conjunto de outras políticas públicas de segurança alimentar que eu considero complementares e são importantes porque se destinam a públicos definidos. O caso da merenda escolar é o mais visível, mas também o caso das compras da agricultura familiar, por exemplo. Eu chamo isso de atores coadjuvantes: são fundamentais para os grupos que delas se beneficiam. Mas os atores principais são as medidas macroeconômicas que beneficiam a todos não apenas grupos específicos, como o crescimento econômico, a geração de emprego de qualidade, o aumento do salário-mínimo, a melhoria na distribuição de renda. Essas são as políticas fundamentais de combate à fome no Brasil. As complementares são as que nós administramos via MDS. Mesmo a do Bolsa Família, o impacto da transferência de renda, é limitado a um grupo focalizado, que são as pessoas de baixo ingresso. São fundamentais para esse grupo, não tem dúvida, e são políticas que ajudam a combater a fome naqueles grupos beneficiados. Para acabar com a fome, erradicar a fome, são necessárias políticas macroeconômicas. Complementadas pelos atores coadjuvantes que são importantes, como esses que eu falei, mais cozinhas comunitárias e outras tantas políticas de uma lista de 40 programas que compunham o Fome Zero, e que são 80 programas hoje no atual plano do governo de erradicação da fome. O que eu mudei, eu diria, mais, foi a minha visão da fome no mundo. Eu dou mais peso hoje à falta de alimentos em algumas regiões, principalmente nas áreas de conflito. Por quê? Porque cresceram essas áreas de conflito. Se intensificaram conflitos no Oriente Médio, o Iêmen está há anos, uma década já, em conflito. Mas também em regiões importantes da África. Eu hoje penso que uma questão fundamental para pensar na erradicação da fome no mundo é a paz, e isso não se consegue sem ter uma outra governança global. Não dá para a missão de acabar com a fome no mundo ficar nas mãos de uma organização como a FAO, mais o Programa Mundial de Alimentos, mais outras tantas organizações multilaterais, ou mesmo ONGs, fundações filantrópicas... Essa governança que hoje nós temos, essa governança pulverizada não está sendo eficiente, não está ajudando a reduzir a fome no mundo, pelo contrário,

está havendo um grande desperdício de recursos financeiros e humanos, e a fome está cada vez piorando mais. Então, acho central hoje ter um novo mecanismo de governança, e esse novo mecanismo de governança tem que ser na linha do que defende o prof. Luigi Ferrajoli, o célebre jurista italiano que agora tem um livro, o livro dele foi traduzido para o português [*Por uma Constituição da Terra: A humanidade em uma encruzilhada*], que recomendo muito... É uma contribuição realmente muito importante, porque ele lista entre as razões fundamentais de por que precisamos de uma nova governança mundial além da questão da saúde, que se tornou óbvia na pandemia, também a questão da paz, da educação e a questão da segurança alimentar. Estas são políticas públicas que não podem mais ficar dependendo de ações específicas, pulverizadas, de uma intervenção aqui e ali. Tem que ter uma ação global, coordenada, que hoje não temos.

6. Quais as principais dificuldades políticas para colocar o uso dessas ferramentas em prática no Brasil?

Eu diria que a principal dificuldade que eu vejo é a questão da pulverização da governança das políticas de segurança alimentar. Nós temos no país três níveis de governo, federal, regional e local. Em algumas políticas, como a educação, por exemplo, está claramente definida a prioridade do nível local na gestão da política. Na questão da fome, da segurança alimentar, infelizmente não está. Está uma gestão, uma responsabilidade compartilhada dos três níveis da federação. E em governos com partidos tão diferentes como nós temos hoje no Brasil, dividir essas responsabilidades entre níveis federativos é abrir a oportunidade de não se cumprir. É muito difícil hoje manter o pacto federativo nos três níveis para efeitos de cooperação de políticas específicas. Seria melhor ter uma melhor divisão do trabalho, digamos assim, nas atribuições das políticas de segurança alimentar entre os diferentes níveis federados. Mas eu acho que a grande dificuldade ainda é aquela ideia de que o comer é um ato individual e responsabilidade do indivíduo, não do Estado. Pensar que quem é responsável de eu comer mal ou comer bem sou eu mesmo ou a minha família ou é a minha mãe, no caso das crianças, é que nos leva a esse atraso na implementação das políticas públicas. Enquanto nós não nos conscientizarmos

que alimentação saudável é um dever do Estado e é uma obrigação do Estado brasileiro, uma obrigação constitucional, tá na nossa Constituição, garantir uma alimentação saudável a todos. Enquanto isso não for traduzido na prática em ações de políticas específicas, nós continuaremos a ter fome no país, e essa dificuldade de implementação das políticas de SAN.

7. Outro grande pesquisador e agente político do combate à fome, Josué de Castro, ficou muito pessimista com relação à cooperação entre os países neste tema. Como você avalia as possibilidades de cooperação entre os países para enfrentar a fome no século 21?

Eu partilho inteiramente do pessimismo do Josué de Castro sobre a possibilidade de cooperação internacional para o combate à fome. Nós vimos um certo otimismo no pós-guerra que levou exatamente à fundação da FAO em 1945. Estava presente então a ideia de que os grandes problemas do mundo poderiam ser resolvidos pela cooperação internacional. Não só a fome, mas principalmente o problema do desenvolvimento econômico, da eliminação da miséria, entre outros. Hoje essa ideia altruísta está completamente superada. Quando a gente vê a reação que houve na pandemia da covid-19 com as vacinas, é desesperador. Os países ricos compraram todos os estoques existentes e garantiram as reservas da produção futura. Países como os EUA jogaram fora milhões e milhões de vacinas. Uma parte acabou distribuindo em última hora, quase para vencer a validade, as vacinas para países da África, que não deu nem tempo de aplicar na maioria deles. Essa atitude “primeiro, meu, vamos cuidar do meu”, continua predominando no cenário internacional. E eu acho que é pior ainda, a gente tem falado muito hoje no uso da fome como arma de guerra. Pois bem, a fome sempre foi uma arma da política externa para cooptar os países. As ajudas alimentares, inclusive para o Brasil, para o Nordeste brasileiro, o famoso programa do presidente Kennedy, da Aliança para o Progresso, distribuição de alimentos, distribuição de leite em pó numa região onde pelo menos 25% a 1 terço dos habitantes tem alergia ao leite de vaca, à lactase, e que causou uma mortalidade até hoje não avaliada de crianças no Nordeste brasileiro. E esses programas, para escoar excedentes de produção dos países desenvolvidos, serviram como uma arma política durante o período

da Guerra Fria. Era claramente dito que a distribuição de alimentos aos países amigos era para conter o avanço do comunismo... Então a fome, de alguma maneira, sempre foi uma variável presente nas políticas externas das grandes potências; e ela foi administrada, no sentido de que vamos manter a fome sob controle, evitar o *famine*, evitar uma epidemia que as pessoas morram, mas vamos deixar esses caras precisando da nossa comida. Vamos deixar esses caras conscientes de que aquilo que eles comem todo dia é produzido por nós, potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Esse foi o lema da política internacional de cooperação durante todo o pós-guerra e levou a inúmeras iniciativas. Hoje nós temos na pauta iniciativas como a do Brasil, de uma Aliança Global Contra a Fome, que vem na esteira de muitas outras alianças globais já propostas. Eu me lembro, por exemplo, que estava na FAO ainda como diretor e participei da reunião da FAO de Áquila, que definiu uma iniciativa global de combate à fome, quando se reuniu o G7 (G8, na época) na Itália. Isso nunca foi para frente, porque era só o governo italiano empurrando, de acordo com seus interesses, de colocar os seus produtos na cesta de distribuição, e só isso. Nunca houve recurso suficiente de *cash*, *money*, para implantar um programa de transferência de renda, nunca houve engajamento das outras potências efetivamente nessa questão da erradicação da fome. De modo que o combate à fome global é parte de um grande discurso de hipocrisia que nós vivemos, em que claramente a fome é usada como uma arma de cooptação, cujo objetivo é manter sob controle, evitar a *famine*, mas não erradicar a fome.

8. A introdução da obesidade no tema da fome muda algo na maneira como devemos enfrentar o problema?

Bom, a obesidade é um problema específico, é um problema de que não basta dar comida, precisa dar comida saudável. A grande questão que a obesidade coloca é o acesso à alimentação saudável, que foi um adjetivo negligenciado na maioria das políticas públicas. A gente sempre tratou o combate à fome como dar alguma coisa de comer, não importa o que fosse. E a emergência combinada com a disseminação dos ultraprocessados mudou essa equação. Hoje o perigo é um programa de ajuda alimentar resultar num aumento da obesidade, como nós estamos vendo em algumas áreas do próprio Brasil.

A obesidade hoje numericamente superou o problema da fome. Pelos dados da FAO, nós temos cerca de 750 milhões de pessoas no mundo passando fome em 2022. Pelos dados da Organização Mundial da Saúde, recém-divulgados, em 2022 nós tínhamos mais de um bilhão de pessoas obesas, sem falar das pessoas com sobrepeso. Então a questão da obesidade está hoje a um nível de uma verdadeira epidemia, e eu acho que deveria ser tratada como tal. Felizmente, nós temos políticas bem eficientes para combater a obesidade, começando pela política de base, que é a educação alimentar, coisa que nós não temos mais nos nossos currículos escolares: não ensinam mais a gente comer. Antes a gente sabia o que comer porque a nossa mãe, a nossa avó, ia lá na horta ou na feira e escolhiam os produtos que iam utilizar na nossa comida. Nós sabíamos quando comíamos um arroz, um feijão, o que tinha naquele produto, como ele era produzido. Hoje nós não sabemos nada disso, então nós estamos sempre comendo gato por lebre. Não sabemos o que comemos hoje, precisamos saber, então isso precisa de educação alimentar. Mas como uma política emergencial bastante eficiente, está a questão dos selos. É uma política desenvolvida a partir de uma legislação chilena, que já completa uma década. Você alerta por meio de selos negros no rótulo frontal das embalagens os produtos que têm uma quantidade maior do que é desejada de sal, de açúcar, de gorduras etc. Essa política dos selos tem ajudado muito no combate à obesidade, principalmente de crianças, na medida em que se proíbe, por exemplo, aqui no Chile, que os produtos que tenham qualquer um dos selos não possam usar desenhos na sua propaganda, na sua embalagem. Têm que ter uma embalagem completamente limpa, branca ou preta ou uma cor só, enfim. Não pode usar desenhos, não pode usar figuras decorativas que atraíam as crianças. Há outras medidas, mas o mais importante é que o aparecimento da obesidade de maneira epidêmica trouxe para o combate à fome e à boa nutrição o pessoal da saúde: o Exército da Saúde hoje se dedica também no combate à fome. E isso é animador, porque realmente soma aí uma equipe que tem, primeiro, muita preparação, segundo, está no terreno, tem uma grande capilaridade e pode fazer diferença a nível local. Então o tema da obesidade, na minha opinião, se soma hoje de modo positivo à luta do combate à fome.

9. E a associação entre o sistemas agro-alimentares e a crise climática que vivemos? Isso pode alterar algo na forma de combater a fome? Na formação de colisões políticas engajadas no tema?

Bem, isso altera completamente o jogo, na medida em que o clima, os eventos extremos, pelo menos, começam a impactar sobre a produção de alimentos, não apenas do ponto de vista de perdas, como ocorre quando há secas, mas também da qualidade do produto. Esse é um tema pouco tratado, mas que vai ser cada vez mais presente. Altas temperaturas e a concentração de CO₂ estão fazendo com que muitas plantas, particularmente os cereais, percam parte do seu valor nutritivo. O trigo, por exemplo, está perdendo grande parte das proteínas e ficando cada vez mais calórico. As frutas também; as maçãs estão cada vez maior no teor de açúcar e com menos vitaminas. Enfim, uma série de mudanças na composição dos alimentos em função do aumento da temperatura e do nível de CO₂ na atmosfera. Isso vai nos obrigar a ir em busca de novos produtos, a diversificar a nossa dieta, que hoje está muito concentrada em cinco grandes produtos cereais, basicamente, três dos quais nós somos grandes consumidores e produtores no Brasil, que é o milho, a soja e o arroz. E vai nos obrigar também a ter um melhor uso do solo e da água, dos recursos naturais. E esse impacto sobre a agricultura extensiva, basicamente sobre a pecuária, vai favorecer o que nós chamamos de agricultura urbana e periurbana, que constituem verdadeiras fábricas de alimentos nas cidades. Hoje a gente vê, eu vi em Singapura, por exemplo, um edifício de cinco andares, uma engrenagem toda que girava para produzir verduras, alface, basicamente, no caso. Isso vai acontecer cada vez mais da mesma maneira como nós temos granjas aí para produzir ovos, uma produção industrial dos alimentos, em que todos os fatores são controlados, não dependem mais da água da chuva, dos nutrientes do solo que passam a ser artificialmente fornecidos de acordo com a demanda. Esse padrão de produção de fábricas de suínos, fábricas de ovos, fábricas de verduras etc. será, no meu modo de ver, fortemente impulsionado pela mudança climática. Cada vez mais vamos depender menos do rural agrícola, do uso da terra como base fundamental da produção agropecuária, como aprendemos nas escolas de agronomia do meu tempo!

10. Por fim, eu gostaria de saber a sua visão sobre eventos tão drásticos quanto o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da FAO em 2022 e a atual imposição escandalosa da fome na Faixa de Gaza. Por que será que nos permitimos, enquanto humanidade, que ocorram fenômenos assim?

Eu vejo que a volta do Brasil ao Mapa da Fome foi um retrocesso que ninguém esperava. Eu mesmo achei que isso não aconteceria, dado que nós tínhamos implementado um conjunto de políticas públicas para garantir a segurança alimentar dos brasileiros. Infelizmente, embora o direito a uma alimentação adequada esteja presente na nossa Constituição, não conseguimos garantir a obrigatoriedade de assegurar os recursos necessários para isso, como temos para as políticas de saúde e educação. As políticas de segurança alimentar são ainda no Brasil opções discriminatórias dos governos de plantão, que podem ou não implementá-las, assegurar ou não recursos no orçamento. Mas novamente aqui vem o peso das variáveis macroeconômicas. Foi só o Brasil deixar de crescer, não reajustar o salário-mínimo acima da inflação, enfrentar uma inflação elevada dos alimentos, e nós tivemos a volta do Brasil ao Mapa da Fome. Esse símbolo que virou a saída do mapa da fome se perdeu pela falta de políticas públicas. Então a lição que nós podemos tirar daí é que o combate à fome é uma atividade permanente. É como a política de saúde e educação. Você não faz uma política de saúde alguns anos e depois para. É como se vacinasse contra a covid-19 durante a pandemia e depois não precisasse se vacinar mais. Foi isso que nós fizemos. Nós atacamos a fome durante dez anos, tiramos o país do mapa da fome e depois alguém disse “Não precisa mais, não tem mais fome, não precisa mais de política contra a fome”. Essa ignorância pública nos trouxe de volta ao Mapa da Fome.

Sobre o uso da fome como arma de guerra, como está acontecendo em Gaza, não vou nem comentar. Eu acho isso inaceitável, já disse mais de uma vez. Não é imoral, é inaceitável simplesmente: num mundo civilizado, não se pode aceitar essa volta da barbárie. Eu tenho comparado o que está ocorrendo em Gaza sempre com aqueles ataques dos bárbaros, no tempo dos castelos medievais, que obrigavam a população das vizinhanças a se refugiarem no interior dos castelos. Então eles cercavam os castelos até as pessoas se renderem de inanição... Isso é o que está acontecendo, na minha maneira

de ver, em Gaza, mas que também ocorre em muitas outras situações que não podemos ver todo dia na TV. Na verdade, a fome sempre foi usada como uma arma de guerra. Com tem lembrado bem o Thiago [Lima], era parte do arsenal do colonizador. Nós assistimos, na América Latina em particular, pelos portugueses e pelos espanhóis, inúmeras vezes o uso da fome como arma de guerra contra os indígenas, contra a população local, para poder conquistá-las, na maioria das vezes, com exércitos diminutos, com poucas armas, poucos soldados, como foi o caso do Cortez, no México, ou mesmo a conquista dos Incas, ou mesmo aqui no Chile, a conquista do Chile, com exceção dos Mapuches, que se refugiaram abaixo do rio Bio-bío, no sul do Chile. No mais, é uma história de usar a fome como arma de conquista, como arma de colonização, e impor o padrão alimentar, o padrão alimentício dos colonizadores, foi outro trabalho permanente e contínuo durante esses anos todos da nossa colonização.

O tema do uso da fome como arma de guerra ultrapassa a dimensão do conflito Israel-Palestino. Ela é, na verdade, um desafio ao não cumprimento das resoluções não apenas da ONU, como a maior parte das publicações e manifestações de políticos estão dizendo neste momento. Ela é um acinte, é ignorar todos os acordos internacionais e tratados multilaterais e bilaterais estabelecidos por Israel, incluindo os que levaram a sua criação e reconhecimento pela própria ONU. Há uma série de ordenamentos jurídicos que os estados nacionais estabelecem para garantir a sua soberania e é com base nesses tratados e acordos que Israel se dá o direito de uma revanche em função do ataque covarde que sofreu do Hamas em outubro passado. Muito bem, e aí, como é que ficamos? Onde está a governança mundial para evitar essa catástrofe maior, que, no caso de Gaza, é o massacre dos palestinos. Mas podia ser, no caso da Rússia, a utilização de armas atômicas, podia ser uma guerra do fim do mundo. Nós não temos mecanismos hoje de salvaguardar a perpetuação da nossa espécie. Disso que nós estamos falando, de ter um governo mundial encarregado de algumas áreas fundamentais entre as quais, sem dúvida alguma, estaria listado primeiro a paz, mas em seguida questões como saúde, segurança alimentar, talvez a própria educação, como um direito humano fundamental para todos. Nós precisamos caminhar nessa direção,

como enfatizou o Professor Ferrajoli. Não basta reformar o Conselho de Segurança e manter o veto das grandes potências. Não basta tirar o veto das grandes potências e manter a soberania dos Estados Nacionais, como está no artigo 3º da Carta da ONU, como o princípio ordenador básico da relação entre os estados-membros da ONU. Enquanto persistir essa ideia de que, em nome da soberania nacional, pode tudo, nós não teremos avanços em direção a uma humanização da nossa sobrevivência.

Enfim, para terminar, queria dizer que não tem nada mais atual que o tema da fome e da alimentação saudável. E acho que nós vamos continuar isso por muito tempo. A luta contra a fome é uma luta permanente. A luta pela alimentação saudável é uma luta permanente.

Referências

- MENEZES, Adriana Vilar. Em cerimônia no Consu, José Graziano recebe título de professor emérito. *Jornal da Unicamp*, São Paulo, 8 out. 2024. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/noticias/2024/10/08/em-cerimonia-no-consu-jose-graziano-recebe-titulo-de-professor-emerito/>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- SILVA, José Graziano; CARNEIRO, Carla; CEOLIN, Saulo. (Orgs.). *Josué de Castro e a diplomacia da fome*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023.

Como citar

LIMA, Thiago. Entrevista de José Graziano da Silva a Thiago Lima. O combate à fome na perspectiva de um Diretor-Geral da FAO brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e2533108, 09.02.2026. DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-1_08



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.